

SUMÁRIO

<i>Nota à 5ª edição</i>	5
Prefácio à 1ª edição	7
Siglas e abreviaturas	9

CAPÍTULO 1

Introdução	21
------------------	----

CAPÍTULO 2

Conceito de Ministério Público	23
--------------------------------------	----

CAPÍTULO 3

Antecedentes históricos	26
-------------------------------	----

CAPÍTULO 4

Evolução no Brasil	28
--------------------------	----

CAPÍTULO 5

Visão crítica	33
1. Generalidades	33
2. Regras éticas	34

CAPÍTULO 6

O Ministério Público na Constituição de 1988	36
1. Antecedentes da Constituinte de 1988	36
2. Posicionamento constitucional	39
3. Conceito constitucional	41
4. A defesa do regime democrático	43
5. Princípios institucionais	44
5.1. Unidade e indivisibilidade	44
5.2. Independência funcional	46
6. O princípio do promotor natural	50
7. As autonomias	53
8. Ramos do Ministério Público nacional	55
9. Litisconsórcio de Ministérios Públicos	56
10. As chefias do Ministério Público	59
11. Terminologia	59
12. Nomeação do Procurador-Geral da República	60
13. Destituição do Procurador-Geral da República	61
14. Substituição do Procurador-Geral da República	62
15. Nomeação do Procurador-Geral da Justiça Militar e do Procurador-Geral do Trabalho	62
16. Destituição do Procurador-Geral da Justiça Militar e do Procurador-Geral do Trabalho	63
17. Nomeação do Procurador-Geral de Justiça dos Estados e do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios	63

18. Destituição do Procurador-Geral de Justiça dos Estados e do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.....	64
19. Nomeação e destituição do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas.....	65
20. As leis de organização, atribuições e estatuto	65
21. As garantias e prerrogativas	67
22. Os princípios da independência funcional e do promotor natural.....	69
23. Vitaliciedade	69
24. A perda do cargo	70
25. Casos de perda do cargo ou demissão.....	72
26. A irredutibilidade de subsídios.....	73
27. Foro por prerrogativa de função.....	74
28. Vedações constitucionais.....	77
29. Exercício de outra função pública.....	80
30. A atividade político-partidária	81
31. Substituição	84
32. A opção pelo regime anterior.....	84
33. Crítica ao sistema de garantias e vedações.....	85
34. A isonomia de vencimentos.....	87
35. Funções institucionais do Ministério Público	87
35.1. Funções atípicas.....	88
35.2. Funções típicas	89
35.3. Objetivo comum no exercício das funções	90
35.4. Funções ativas e interventivas	91
36. A promoção da ação penal pública	92
37. O controle do não exercício da ação penal pública.....	96
38. “Ombudsman”	99
39. Defesa de interesses transindividuais.....	100
40. Inquérito civil	103
41. Ação civil pública.....	103
42. Principais pontos da ação civil pública.....	105
43. Defesa do patrimônio público.....	107
44. Defesa do patrimônio social.....	107

45. Limites da atuação do Ministério Público na área transindividual	108
46. Ação de inconstitucionalidade e representação interventiva	108
47. Defesa das populações indígenas	109
48. Notificações e requisições	110
49. Investigações	110
49.1. Investigações para fins penais	110
49.2. Investigações para fins cíveis	112
50. Acesso a informações sigilosas	115
51. Controle externo da atividade policial	116
52. Representação e consultoria da Fazenda	118
53. Exercício de outras funções compatíveis	118
54. Legitimação na área cível	118
55. Vedação de promotor ad hoc	119
56. Residência na comarca	120
57. Concurso de ingresso, promoções e disciplina geral estatutária	120
58. Dispositivos extravagantes	121
59. Conselho Nacional do Ministério Público	122
60. Responsabilidade	125
60.1. Responsabilidade civil	125
60.2. Responsabilidade penal	127
60.3. Responsabilidade administrativa	127
60.4. Responsabilidade política	128
61. Conflitos de atribuição	128
62. Reforma do Judiciário e do Ministério Público	129

CAPÍTULO 7

A legislação infraconstitucional sobre o Ministério Público ..	131
--	-----

CAPÍTULO 8

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	133
1. Antecedentes legislativos	133
2. A natureza jurídica da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	134

3. Órgãos do Ministério Público.....	136
4. Órgãos da Administração.....	138
4.1. Procuradoria-Geral de Justiça (Administração Superior)	138
4.2. Colégio de Procuradores de Justiça (Administração Superior).....	139
4.3. Conselho Superior do Ministério Público (Administração Superior)	140
4.4. Corregedoria-Geral do Ministério Público (Administração Superior)	142
4.5. Procuradorias de Justiça (Administração)	143
4.6. Promotorias de Justiça (Administração)	143
5. Órgãos de Execução	144
5.1. Procurador-Geral de Justiça (Execução).....	145
5.2. Colégio de Procuradores de Justiça (Execução).....	145
5.3. Conselho Superior do Ministério Público (Execução)....	146
5.4. Procuradores de Justiça (Execução)	146
5.5. Promotores de Justiça (Execução).....	146
6. Órgãos Auxiliares.....	147
6.1. Centros de Apoio Operacional (Órgãos Auxiliares)	147
6.2. Comissão de Concurso (Órgão Auxiliar)	148
6.3. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Órgão Auxiliar)	149
6.4. Órgãos de apoio técnico e administrativo (Órgãos Auxiliares)	149
6.5. Estagiários do Ministério Público	150

CAPÍTULO 9

A Lei Orgânica do Ministério Público da União	151
1. Generalidades.....	151
2. Funções institucionais.....	152
3. Instrumentos institucionais.....	153
4. Órgãos do Ministério Público da União	154
5. Órgãos do Ministério Público Federal.....	154
6. A chefia do Ministério Público Federal.....	155

7. O Colégio de Procuradores da República	155
8. O Conselho Superior do Ministério Público Federal	155
9. As Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal	157
10. A Corregedoria do Ministério Público Federal	157
11. Os Subprocuradores-Gerais da República	158
12. Os Procuradores Regionais da República	158
13. Os Procuradores da República	158
14. As funções eleitorais do Ministério Público Federal	159
15. Os outros ramos do Ministério Público da União	159
16. A organização do Ministério Público do Trabalho	160
17. A organização do Ministério Público Militar	162
18. A organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	164
19. As carreiras e o regime disciplinar no Ministério Público da União	166

CAPÍTULO 10

A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público	167
1. Generalidades	167
2. Organização do Ministério Público paulista	169
3. Atribuições do Procurador-Geral de Justiça	169
4. Atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça	170
5. Atribuições do Conselho Superior do Ministério Público ..	171
6. Atribuições do Corregedor-Geral do Ministério Público ...	171
7. Estrutura da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público paulista	171
8. A carreira no Ministério Público paulista	172
9. Deveres e vedações	174
10. Infrações disciplinares	175
11. Direitos	176
12. Garantias e prerrogativas	176
13. Regime disciplinar	177
14. Penalidades administrativas	178
15. Processo disciplinar	180

16. Disposições finais e transitórias	180
17. A Ouvidoria do Ministério Público	181

CAPÍTULO 11

Os desafios atuais do Ministério Público	182
--	-----

<i>Bibliografia</i>	187
---------------------------	-----

<i>Índice alfabético-remissivo</i>	189
--	-----